

### ***Os livros da Bíblia como fonte de diálogo entre religião e filosofia***

Como é de conhecimento dos leitores de Hobbes, seu livro *Leviatã*,<sup>1</sup> em suas partes III e IV, traz uma longa análise da religião cristã. Vista como uma análise presa ao século XVII, permeada pelos conflitos religiosos, conflitos estes que deixaram de existir, a análise hobbesiana da religião cristã teria perdido, por isso, sua importância, sendo apenas uma referência histórica de um pensamento. Ao contrário desta visão, mostraremos que a análise da religião cristã feita por Hobbes não é apenas expressão de um momento histórico, ela tem sua singularidade e é atual. Esta singularidade nos traz a impossibilidade da Filosofia, especificamente a filosofia política, denominada por Hobbes de *filosofia civil*, negar a realidade da religião cristã como religião testamentária. Em sua *filosofia civil*, Hobbes afirma que esta singularidade se deve à existência de textos considerados sagrados na forma de livro como uma referência da religião cristã.

Segundo Hobbes, esta religião testamentária é uma realidade da qual se pode dizer algo. O que pode ser dito a respeito da religião testamentária não é apenas uma especulação ilimitada, mas um discurso positivo sobre o texto sagrado, que é o seu fundamento. A religião cristã tem, nos manuscritos, seu fundamento, ela não se fundamenta nos sonhos da mente humana, no testemunho de alguém de seu encontro de Deus. Por isso, Hobbes analisa, no *Leviatã*, os testemunhos registrados e sua análise é inovadora, pois, ao

---

<sup>1</sup> Valemo-nos da edição crítica de C.B. Macpherson, *Leviathan*, publicada pela Penguin Books, reimpressão de 1985. A tradução para o português, *Leviatã*, é a da Martins Fontes, 2003. Nas notas, os números se referem respectivamente à parte, ao capítulo e às páginas da edição inglesa. Entre parênteses, a página da tradução em português.

contrário da maioria dos teólogos de seu tempo, e daqueles que o precederam, Hobbes põe em relação ao texto sagrado perguntas que serviriam para qualquer texto. Quais os livros que compõem as escrituras? Qual data os diferentes livros foram escritos? Quais foram seus autores? Qual o significado das Escrituras? Quem tem a autoridade sobre ela? Quem tem o direito de interpretá-la? Ao formular estas perguntas, Hobbes retira qualquer diferença existente entre um texto sagrado e um texto laico.

Estas questões postas por Hobbes não têm a função de elaborar uma edição crítica da Bíblia como nós a entendemos hoje, pois Hobbes se vale das edições que existem, ela visa sublinhar as mediações presentes na transmissão da palavra divina entre os cristãos, porque a questão da autoridade última está presente nestas mediações. Para Hobbes, há mediações entre o livro sagrado e seus leitores contemporâneos, ou seja, o contato com a palavra divina na forma de leitura não é direto, ele é mediado pelo número de livros, pelos os autores dos livros, pela época em que eles foram escritos e pela finalidade desses livros. Como se nota, essas mediações são constatáveis pelo olho humano, podemos escolher este ou aquele texto, ou seja, quais entre muitos textos são textos canônicos, analisar o estilo dos textos, o acontecimento histórico que o gerou e seus autores. Dentre estas mediações estabelecidas por Hobbes, analisaremos, neste texto, como Hobbes trata o número de livros que compõem a Bíblia presente no Capítulo XXXIII do *Leviatã*.

A respeito desse número, a primeira questão que Hobbes nos apresenta é o motivo de determinar os livros que pertencem à Bíblia. Para Hobbes, esses

livros devem ser canônicos, um guia para os cristãos, porque deles decorre as leis a serem obedecidas

Entendo por livros das Sagradas Escrituras aqueles que devem ser o Cânone, que dizer, as regras da vida cristã. E, como as regras da vida, que os homens são em consciência obrigados a respeitar, são leis, o problema das Escrituras é o problema de saber o que é lei, tanto natural como civil, para toda a cristandade.<sup>2</sup>

Hobbes afirma de início que o conjunto de livros tem a forma da lei, estabelecendo, com isso, um vínculo entre os livros e a lei, mantendo o sentido hebraico da lei no Pentateuco. Hobbes estabelece uma relação entre lei e número, pois este nos dá a extensão da lei, o número delimita o campo de domínio da lei, que não seria possível sem este número. Talvez haja dificuldades em se entender a associação entre livros e lei feita por Hobbes. Nossa dificuldade está no fato de os livros como os entendemos hoje, serem separados da lei, pois, de um modo geral, a lei não está vinculada a um livro, mesmo que, para nós, o código penal seja um livro, todavia, este código não é um livro no sentido de um livro de literatura ou de Filosofia. A própria Bíblia hoje é lida como um livro que não se identifica com um código legal e nem com uma coletânea de manuscritos. Para Hobbes, as leis são constituídas com os livros sagrados e por intermédio deles, para se estabelecer um guia para os cristãos, para eles saberem quantos e quais eles são os livros considerados sagrados e, com isso, fazerem referência apenas a aqueles livros que o são.

O estabelecimento do cânone nos mostra que o número de manuscritos não é considerado aleatório, que a Bíblia não aumenta seu número de manuscritos ao prazer dos homens, este número não pode crescer ao infinito, não se pode inventar um manuscrito, pois o número de livros se refere ao que

---

<sup>2</sup> Hobbes, *Leviathan*, III, XXXIII, p.415 (T.P. p. 319).

existe na tradição manuscrita, eles têm a tradição cristã como pano de fundo. Há uma autoridade na tradição cristã, considerada por Hobbes ao elencar os manuscritos canônicos. Hobbes afirma

É suficientemente sabido quais são estes livros, sem ser preciso enumerá-los aqui: são os mesmos reconhecidos por São Jerônimo, que considera apócrifos os restantes, a saber, a Sabedoria de Salomão, o Eclesiastes, Judite e Tobias, o primeiro e o segundo dos Macabeus (apesar de ele ter visto o primeiro em hebreu), e o terceiro e o quarto de Esdras. (...) Josefo conta cinco livros de Moisés, treze dos Profetas, que escreveram a história da sua própria época (e veremos depois como concordam com os escritos dos profetas contidos na Bíblia) e quatro dos Hinos e preceitos morais. Mas São Jerônimo reconhece cinco livros de Moisés, oito dos Profetas e nove outros sagrados escritos, aos quais chama Hagiográficos. Os Septuaginta, que eram os setenta sábios judeus, enviados por Ptolomeu, rei do Egito, para traduzir a lei judaica do hebreu para o grego, não nos deixaram, como Sagradas Escrituras em língua grega, nada a não ser o mesmo que é aceito pela Igreja Anglicana.<sup>3</sup>

Segundo Hobbes, alguns, valendo-se da tradição hebraica na qual certos livros são aceitos como canônicos, tentam coincidir o número de letras do alfabeto hebraico com o número de livros bíblicos

Josefo, um sábio judeu que escreveu na época do Imperador Domiciano, reconhece vinte e dois livros dos canônicos, fazendo o número coincidir com o alfabeto hebreu. São Jerônimo faz o mesmo, embora ambos os reconheçam de maneiras diferentes.<sup>4</sup>

Com esta tentativa, a palavra divina tem sua forma e seu limite dados pelas letras do alfabeto hebraico; o número de livros é o número de letras do alfabeto hebraico. Coincidir com o alfabeto hebraico significa restringir o livro sagrado à particularidade do povo judeu, o que lhes daria mais autoridade, por ser esta particularidade mais original. Isto só foi aceito porque passou pela autoridade da Igreja. A tradição não tem a palavra final, a autoridade

---

<sup>3</sup> Hobbes, *Leviathan*, III, XXXIII, p. 416 (T.P. p. 320).

<sup>4</sup> Hobbes, *Leviathan*, III, XXXIII, p. 416 (T.P. p. 320).

eclesiástica oficial decide sobre o que é adequado. A tradição cristã é subordinada ao concílio das igrejas cristãs <sup>5</sup> e, por isso, Hobbes a segue.

A primeira enumeração de todos os livros, tanto do Antigo como do Novo Testamento, são os Cânones dos Apóstolos, que se supõe terem sido coligidos por Clemente, o primeiro, bispo de Roma. Mas como isto não passa de uma suposição que muitos contestam, o concílio de Laodicéia é o primeiro que conhecemos a recomendar a Bíblia à então Igrejas cristãs, como os escritos dos profetas e apóstolos, e esse concílio reuniu-se no ano de 364 depois de Cristo.<sup>6</sup>

A existência dos manuscritos determina o número entre os manuscritos herdados e este número é estabelecido com a tradição manuscrita, ele *não é resultado de um esforço de peneirar uma verdade filosófica por intermédio da lógica*.<sup>7</sup> A forma da Bíblia é dada pelos manuscritos herdados e esta forma é inerente ao número de manuscritos como conteúdo que a determina.

Como Hobbes nos apresentou acima, os vários livros que formam o conjunto denominado Bíblia podem ser quantificados, identificados e concebidos como tendo uma unidade, mas uma unidade em uma quantidade determinada de manuscritos, formando uma ordem, apesar da diversidade desses livros. A Bíblia é resultado de uma quantificação e ordenamento dos manuscritos existentes. Esta quantificação é fundamental, porque ela nos dá a singularidade dos livros, que, por serem independentes, não se ordenam naturalmente, mesmo pertencendo a uma tradição manuscrita. A natureza singular de cada livro ou grupo de livros, caso formem este grupo, exige que eles sejam discriminados, por causa da diferença intrínseca a eles. Esta diferença traz a necessidade da escolha destes livros, que é feita por uma autoridade.

---

<sup>5</sup> A autoridade não é a de um indivíduo, muito menos a do próprio Hobbes, mas sim de uma igreja, no caso a Igreja Anglicana. Isto significa que a fé de uma pessoa não determina a autoridade, esta é sempre de uma Igreja.

<sup>6</sup> Hobbes, *Leviathan*, III, XXXIII, p. 423 (T.P. p. 326).

<sup>7</sup> Hobbes, *Leviathan*, III, XXXII, p. 410 (T.P. p. 314).

O ordenamento dos livros delimita o início e o fim do que foi numerado, há um livro inicial e um livro final, nada há que possa ser considerado sagrado antes do primeiro livro nem depois do último livro. O primeiro livro, Gênesis, e o último, o Apocalipse, são os extremos da realidade humana, ou seja, o início e o fim dos tempos. Hobbes, ao discutir o número, nos indica que os manuscritos têm um início e um fim, que eles são os pontos extremos de uma realidade. Os livros recobrem o início e o fim dos tempos.

Para Hobbes, a Bíblia é uma composição ordenada de manuscritos, não necessariamente de forma cronológica, na qual se acredita existir uma continuidade entre eles que aparentemente inexiste pela singularidade de cada livro. Segundo Hobbes, a continuidade que se acredita existir entre os livros não é dada por si mesma, sim pela crença dos súditos cristãos na presença da palavra divina interna a eles; esta continuidade está vinculada à tradição cristã, se faz sobre esta tradição. Decorre disso, que sem esta crença, os manuscritos perderiam sua continuidade e seu número deixaria de se referir a sua unidade interna; os manuscritos numerados seriam apenas documentos históricos, arqueológicos, postos um ao lado do outro, cujo vínculo entre eles seria hipotético. Neste sentido, a história ocuparia o lugar da teologia e a cronologia prevaleceria sobre a mensagem divina, o que Hobbes não acredita e verifica não ocorrer entre os devotos.

Para Hobbes, somente uma autoridade dotada de razão natural determina quais, entre os livros herdados, são canônicos e quais não são

Assim, como já provei que nos seus domínios os soberanos são os únicos legisladores, são canônicos, isto é, só constituem lei em cada nação os livros estabelecidos como tais pela autoridade soberana. (...) Conformemente a esta obrigação, só posso reconhecer como Sagradas

Escrituras, dos livros do Antigo Testamento, aqueles que a autoridade da Igreja Anglicana ordenou que fossem reconhecidos como tais.<sup>8</sup>

Com isso, esta autoridade, para ele, não é exclusivamente a da tradição, mas da igreja cristã autorizada pelo poder soberano ou idêntica a ele, no caso a Igreja Anglicana, a partir da qual a tradição cristã é interpretada. Em Hobbes, há uma grande importância teológica e política no domínio da tradição manuscrita, pois, por causa deste domínio, a autoridade que considerou canônicos os manuscritos se transferiu para uma igreja considerada oficial, no caso de Hobbes, a Igreja Anglicana. A autoridade sobre o número de manuscritos não mais pertence a qualquer cristão individual ou a qualquer seita, que, segundo Hobbes, podem se desviar desta tradição, pois não há mais a presença do espírito santo em livros considerados por eles como canônicos.<sup>9</sup> Nem todos os livros são aceitos pela Igreja Anglicana e o número estabelecido nos remete aos livros aceitos por ela, ou seja, os livros que ela denomina de sagrado. Os manuscritos têm uma ordem dada pela igreja oficial, esta ordem os delimita e os reduz a ela estabelecendo seu campo de domínio. Nada há fora deste ordenamento dado pela autoridade oficial. Neste sentido, deixa de existir um ponto em comum nos livros considerados canônicos pelos cristãos, abre-se um vácuo entre eles que se remete à questão de autoridade. A análise do número de livros considerados sagrados como um fator mediador na leitura dos manuscritos condiciona a leitura dos manuscritos a uma igreja autorizada pelo poder soberano que faça uma leitura uniforme destes livros.

---

<sup>8</sup> Hobbes, *Leviathan*, III, XXXIII, p. 415-416 (T.P. p. 319).

<sup>9</sup> Quando Hobbes se vale da presença do Espírito, seu argumento é religioso, todavia, ele não é o único argumento, pois o da autoridade legítima, ou seja, da igreja oficial ou autorizada, se faz predominante.

Com o ordenamento dos livros, Hobbes enfatiza o número como um dos critérios para a constituição da Bíblia. E com este critério, uma fronteira entre o que é sagrado e o que não é sagrado é estabelecida. O que é sagrado está no interior desta ordem manuscrita, sendo esta ordem excluída dos fenômenos naturais. Por causa desta exclusão, Hobbes introduziu a leitura política dos manuscritos, ele formulou e justificou a função reguladora da instância oficial, no caso, a igreja autorizada pelo soberano em matéria de interpretação bíblica.

A partir do estabelecimento de seu número, o livro sagrado torna-se um objeto delimitado e positivo, dotado de um conteúdo passível de um discurso a respeito dos livros elencados, que decorre dessa positividade. Ela articula o que se pode interpretar de forma racional ou expressiva, ou seja, o que é irracional nos livros e o que é racional, e, por isso, o que é irracional não pode ser racionalmente dito, apenas cultuado, evitando qualquer julgamento ou hipótese que ultrapasse os textos delimitados.

Por causa da positividade deste conteúdo, há uma relação complexa e inevitável entre Filosofia e Teologia. Ela é complexa, pois é necessário acomodar o racional com o irracional, ela é inevitável, pois ambos pertencem à realidade humana. Mesmo que os elementos da relação entre filosofia e teologia sejam diferentes - um princípio ideal ou absoluto, sem registro, e o Deus bíblico criador, registrado em textos sagrados -, esta diferença não exclui a teologia como objeto da Filosofia, pelo contrário, a positividade da teologia é afirmada nesta relação dialógica.

Por causa desta complexidade e inevitabilidade, o diálogo entre Filosofia e Teologia não é a diluição de ambos em uma epistemologia comum, mas sua diferenciação e sua irreducibilidade. Expor esta diferenciação e irreducibilidade,

presente na obra de Hobbes, é fundamental e atual e a ausência de contato entre estes dois discursos diferentes compromete a eficiência do discurso político e seu exercício e obscurece a natureza da religião cristã.

\* \* \*